

**Intervenção de João Cadete de Matos, Presidente da ANACOM, na Conferência PORTUGAL AIR SUMMIT 2020, realizada em 21 de outubro de 2020, em Ponte de Sor**

Em primeiro lugar, gostaria de saudar os organizadores e agradecer o convite para estar aqui hoje e poder beneficiar da oportunidade de participar num evento pioneiro como o Portugal Air Summit.

Este é o primeiro ano que a ANACOM aqui participa com uma dupla posição, acrescentando o papel de autoridade espacial ao de autoridade reguladora nacional dos sectores das comunicações eletrónicas e postais.

Assim, antes de mais, endereço-vos algumas palavras sobre **o papel da ANACOM no espaço**.

Esta fusão de funções regulatórias não é só uma honra, mas sobretudo uma grande responsabilidade para a ANACOM, tal como definido, desde março de 2019, pelo Decreto-Lei das Atividades Espaciais.

Sem dúvida, 2019 será reconhecido como o ano de arranque do desafio regulatório do espaço português, cujo lançamento foi definido já em 2018, com a Estratégia Espacial de Portugal 2030. Esta é a pedra de toque no esforço de desenvolvimento do *New Space* português, deixando claro que Portugal tem todas as condições para se tornar num novo protagonista nos mercados espaciais.

Para o conseguir, devemos ter um quadro regulamentar competitivo e adequado, bem como um regulador independente, tempestivo e transparente.

Há 30 anos que a ANACOM regula um sector, como os das comunicações eletrónicas, que muda à velocidade da luz, onde a inovação é permanente e onde a regulação é essencial.

Sabemos que devemos dar resposta aos novos desafios. E assim, um ano e meio depois de se tornar autoridade espacial a ANACOM também assumiu integralmente as suas funções e atribuições enquanto tal. Desde logo, com a adoção do Regulamento de Atividades Espaciais, em menos de 6 meses, o que revelou ser uma experiência bastante singular.

Atualmente, estamos em processo de desenvolvimento de recursos e capacidades internas para que a Autoridade Espacial seja capaz de dar uma resposta eficiente. Entretanto, já temos dois processos diferentes em curso, tendo em vista o licenciamento de atividades espaciais.

Quero, agora, partilhar convosco algumas reflexões sobre os **desenvolvimentos em curso nos setores das comunicações e do espaço**.

Em primeiro lugar, **os serviços móveis via satélite 2 GHz (MSS)**, aqueles que fornecem, por exemplo, acesso à Internet a bordo de aeronaves. A União Europeia está plenamente empenhada no desenvolvimento de um mercado interno competitivo para estes serviços, com o objetivo de assegurar a cobertura gradual de todos os Estados-Membros.

Os sistemas MSS são uma opção inovadora e alternativa a vários serviços pan-europeus de telecomunicações, independentemente da localização dos utilizadores finais, disponibilizando acesso à Internet de alta velocidade, serviços multimédia móveis, de proteção civil e de assistência em catástrofes.

De referir que se encontra em fase de instalação o sistema integrado da Rede Europeia de Aviação INMARSAT. Esta será possivelmente a maior rede integrada de componentes ar-terra e satélite do mundo, destinada a proporcionar uma experiência de banda larga com base na Europa indústria da aviação disponível para milhões de passageiros em voos transcontinentais e transoceânicos.

Em Portugal, estão já licenciadas no Continente 5 estações de *gateways* ligadas a este serviço.

Em segundo lugar, **os sistemas e as aplicações do New Space**. Vivemos na era da democratização do espaço. São tempos de tecnologias disruptivas, como o 5G e a inteligência artificial (IA), que vão tornar mais evidente esse fenômeno de democratização e o setor espacial não sobreviverá se permanecer como um nicho de mercado ou se se fechar sobre si mesmo.

A tecnologia espacial será integrada com outras tecnologias, tornando-se uma meta-tecnologia focada na criação de novas ofertas de serviços. Reconhecemos que a integração do componente de satélite na rede de telecomunicações convencional é uma facilitadora chave da Transformação Digital em muitos domínios.

Por isso, os satélites podem complementar facilmente a exploração e cobrir áreas ou territórios remotos sem cobertura de forma a possibilitar o acesso aos dados a qualquer momento e a partir de qualquer lugar.

Assim, a conectividade ubíqua de comunicações por satélite em 5G pode ser usada como um facilitador na implementação de novos paradigmas no âmbito dos serviços *downstream*. Outros ativos espaciais, como Observação da Terra e Navegação por Satélite, podem ser usados em conjunto com o 5G, assim como outras tecnologias disruptivas, como o *Big Data*, para fornecer aplicações inovadoras em uma variedade de mercados verticais. O momento presente está cheio de oportunidades à espera de se concretizar.

Por fim, algumas palavras sobre **megaconstelações**. Desde 2010, mas agora quase diariamente, ouvimos falar sobre novas constelações que são lançadas para o espaço, compreendendo centenas (por exemplo, OneWeb) ou milhares (por exemplo, SpaceX Starlink) de satélites de órbita terrestre baixa.

Essas constelações cobrem uma grande variedade de áreas de serviços diferentes, desde IoT, M2M, armazenamento e envio de mensagens e serviços de sistema de identificação de navios. Neste novo ambiente, os satélites tornam-se uma *commodity “off the shelf”*, na qual os satélites são adquiridos de forma mais rápida e muito mais barata devido aos efeitos de escala que advém dos benefícios da padronização e da industrialização.

Neste contexto e olhando para **o ecossistema espacial nacional**, a ANACOM está sintonizada com as diferentes iniciativas promovidas pela PT Space. Conforme referido recentemente pelo Ministro Manuel Heitor, está em desenvolvimento uma iniciativa que visa estabelecer, manter e garantir o funcionamento de uma “Constelação Atlântica”, assente na cooperação internacional e sob a coordenação do Atlantic International Research Centre - AIR Centre.

Esta constelação irá integrar alguns projetos já em curso, como INFANTE, MAGAL, AEROS, ASTRIIS, VIRIATO e CARAVELA, apenas para citar alguns.

O objetivo é criar uma plataforma de satélites única para ser usada numa ampla variedade de aplicações, que vão desde a monitorização do tráfego marítimo, pesca, aquicultura, biodiversidade ou erosão costeira até ao clima, comunicações e testes de tecnologias orbitais. A cooperação internacional será feita com centros e instituições de pesquisa na Espanha, Reino Unido, EUA, Brasil, México, África do Sul e Nigéria.

Existem, portanto, grandes desafios diante de nós. A ANACOM assume inteiramente o compromisso de apoiar, regular e supervisionar, de forma independente, o mercado espacial nacional. Mas isso só poderá ser alcançado com uma aprendizagem constante e, especialmente, em estreita cooperação com entidades-chave, não só como a Agência Espacial, a NAV e a ANAC, mas também com as Empresas e a Academia.

Por isso, a minha última palavra hoje é dirigida a todos aqueles que acreditaram e continuam a acreditar e a investir no sector espacial português. Não há volta. Está em nosso ADN. Juntos, tenho certeza de que faremos estas e outras coisas. E, como alguém disse nos anos 60, vamos fazê-las “não porque são fáceis, mas porque são difíceis”.

Muito obrigado!

21.10.2020